

Ano 2021

Plenário das Deliberações

Protocolo

N.º 016, Liv. 25, Fls. 57 Em 15/03/2021.

às 18:16 hs.



Assinatura do Funcionário

X Projeto de Lei

- Projeto de Decreto do Legislativo
- Projeto de Resolução
- Requerimento
- Indicação
- Moção de
- Emenda

N.º. 006/2021

Autor: **A Mesa da Câmara Municipal**

PROJETO DE LEI N. 006/2021 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2021

“Altera a Lei Municipal n.º 4.015, de 16 de outubro de 2018.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei em epígrafe, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º -

§1º - *Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no caput.*

§2º - *O servidor poderá optar por autorizar que o valor da restituição seja descontado na próxima folha de pagamento, conforme resolução que regulamenta a matéria.*

§3º - *A restituição da diária deverá ser realizada no mesmo exercício da despesa e ser feita à Tesouraria, mediante depósito em conta própria da entidade concedente, devendo ser por anulação de despesa (estorno de despesa), revertendo a importância a dotação orçamentária própria. ”*

§4º - *Compete a Tesouraria informar ao Restituente a conta para depósito identificado ou no caso do §2º, prestar ele próprio (tesoureiro) declaração nos autos da efetivação do desconto em folha ou apresentar documento que comprove (holerite).*

Art. 3º - *O beneficiário de diárias deverá, no prazo de até 10 (dez) dias, da data prevista para retorno, realizar a prestação de contas referentes à viagem.*

Parágrafo Único – O não cumprimento do disposto no caput deste artigo, impede a concessão de novas diárias até a regularização ou ressarcimento ao erário público.”


"Art. 8º -


Parágrafo Único – No caso do caput deverá ser anexado o Termo de Comodato de Cessão de veículo devidamente assinado."

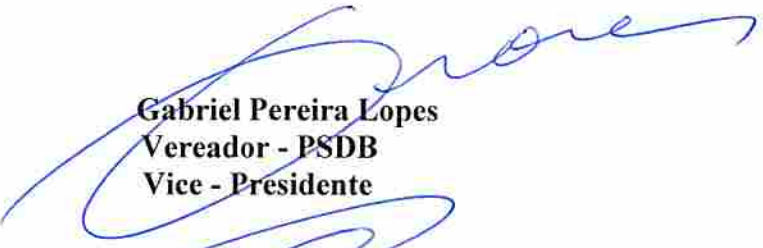
Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barra do Garças-MT., em 15 de março de 2021.


Pedro Ferreira da Silva Filho
Vereador – PSD
Presidente


Jairo Gehm
Vereador – PRTB
1º Secretário


Gabriel Pereira Lopes
Vereador - PSDB
Vice - Presidente


Jairo Marques Ferreira
Vereador – Republicanos
2º Secretário

Aprovado por Unanimidade
de vereadores presentes
em Sessão Ordinária do
dia 22 / 03 / 2021


Cláudia Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996

...
...
...

...
...
...

...
...
...

...
...
...

[Handwritten scribbles]

...
...
...

[Handwritten scribbles]

Aprovado por unanimidade
de votações presentes
em sessão Ordinária de
dia 11/11/1964

...
...
...


JUSTIFICATIVA

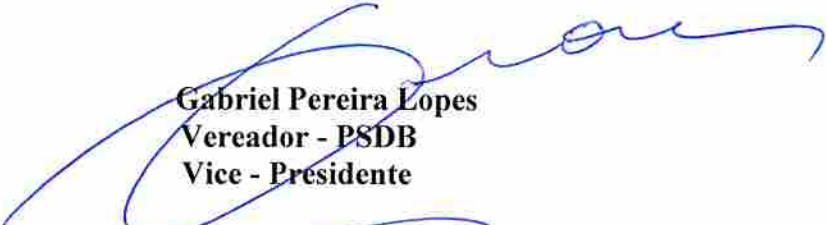
**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:**


O presente Projeto de Lei pretende tão somente alterar a redação do artigo 3º da Lei nº 4.015, de 16 de outubro de 2018, que dispõe sobre a concessão de diárias a vereadores e servidores do Poder Legislativo do Município de Barra do Garças e dá outras providências, e alterações posteriores.

Trata-se de mais uma iniciativa desta Administração para normatizar e sanar alguns pontos acerca da concessão de diária de viagem.

Estas são, pois, as razões que justificam a presente proposição.


Pedro Ferreira da Silva Filho
Vereador – PSD
Presidente


Gabriel Pereira Lopes
Vereador - PSDB
Vice - Presidente



Jairo Gehm
Vereador – PRTB
1º Secretário


Jairo Marques Ferreira
Vereador – Republicanos
2º Secretário

CERTIDÃO

Certifico que após pesquisa nos índices de Projetos, de Leis Complementares e Leis Ordinárias não foram encontradas correspondências sobre o tema do Projeto de Lei nº006/2021 de autoria da mesa da Câmara Municipal (Altera a Lei Municipal nº 4.015).

Barra do Garças-MT, 16 de março de 2021


Rosivan Barbosa Gomes Junior
Auxiliar Administrativo
Matrícula: 331 - Port. 15/2018

Parecer nº: 033/2021.

Projeto de Lei nº 006/2021, de 15 de fevereiro de 2021, de autoria da Mesa da Câmara Municipal, que: "Altera a Lei Municipal o.0 4.015, de 16 de outubro de 2018."

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de *Projeto de Lei nº 006/2021, de 15 de fevereiro de 2021, de autoria da Mesa da Câmara Municipal, que: "Altera a Lei Municipal o.0 4.015, de 16 de outubro de 2018."*
02. Foi apresentada mensagem junto ao Projeto de Lei informando que:
"O presente Projeto de Lei pretende tão somente alterar a redação do artigo 3º da Lei nº 4.015, de 16 de outubro de 2018, que dispõe sobre a concessão de diárias a vereadores e servidores do Poder Legislativo do Município de Barra do Garças e dá outras providências, e alterações posteriores. Trata-se de mais uma iniciativa desta Administração para normatizar e sanar alguns pontos acerca da concessão de diária de viagem."
03. Já o projeto altera a estrutura administrativa remanejando diversos cargos.
04. É o relatório.

II – PARECER

05. A análise da validade ou não de um projeto de lei deve necessariamente passar por três aspectos distintos, que são a competência, onde observaremos se a matéria é de competência do município e se dentro do município deve ser proposta pelo poder executivo ou pelo poder legislativo; a forma, superada a questão da competência deve-se atentar para a forma em que deve ser apresentado, se como lei complementar ou como lei ordinária, e por fim devemos observar a legalidade do projeto, ou seja, se esse, caso aprovado, estaria apto a produzir efeitos no mundo jurídico, respeitando os requisitos supra e não desrespeitando nenhuma norma a ele hierarquicamente superior, dadas essas explicações passamos a análise dos requisitos mencionados:

06. - **Da Competência** – É indiscutível a competência do município para legislar sobre a matéria, estando prevista tanto na CF quanto na LOM sua competência para legislar sobre assunto de seu peculiar interesse, trazendo a LOM, ainda a competência para dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais:

Constituição Federal

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)"

Lei Orgânica do Município de Barra do Garças



“Artigo 10 – Ao Município compete prover a tudo quanto se relacione ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

I – Legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse;

II – Suplementar a legislação federal e estadual, no que lhe couber;

(...)”

07. Por outro lado, a matéria não se encontra dentre aquelas previstas no artigo 49 da Lei Orgânica do Município, que estabelece as matérias de competência exclusiva do Prefeito:

“Artigo 49 – São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre;

I – Criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

II – Servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamento equivalentes e órgãos das Administração Pública;

IV – Matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.”

08. Portanto, não há qualquer mácula na apresentação do projeto pela – Mesa Diretora.

09 - **Da Forma:** A matéria tratada não se encontra dentre aquelas constantes do artigo 48 da Lei Orgânica e que devem obrigatoriamente serem propostas sob a forma de Lei Complementar.

10. - **Da Legalidade:** A Regulamentação das diárias é atribuição típica do poder concedente, no caso em tela, o legislativo a quem cabe a análise da necessidade e utilidade da medida.

11. Visa o projeto apenas a atualização de lei já aprovada e amplamente discutida no município, em especial no concerne a restituição aos cofres públicos dos valores recebidos e não utilizados, de modo a adequar esse procedimento as recomendações do TCE-MT ditadas pela Resolução de Consulta nº 067/2010:

“Resolução de Consulta nº 02/2010 (DOE, 04/02/2010). Contabilidade. Devolução e/ou ressarcimento de despesa por terceiros. Contabilização de acordo com a natureza do recurso devolvido e do momento da ocorrência.

1. A devolução de recursos ao erário, quando decorrer de pagamento indevido ou retorno de pagamento efetuado a título de antecipação (exemplo: devolução de diárias, devolução de adiantamentos ou suprimentos de fundos, pagamento de pessoal efetuado indevidamente ou a maior), e que for realizada no mesmo exercício da execução de despesa, deverá ser por anulação da despesa (estorno da despesa), revertendo a importância à dotação própria.



2. Quando a devolução do numerário se realizar após o encerramento do exercício da execução da despesa, deverá ser registrada uma receita de restituição/ receita de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

3. Deverá ser registrada sempre uma receita de restituição quando a devolução decorrer de ressarcimento de despesas que tenham ocorrido efetivamente e/ou que não seja um dos casos do item anterior, independente da realização no mesmo exercício da execução da despesa ou após este."

12. Também não há que se falar em desrespeito a lei complementar 173/2020 que estabeleceu medidas restritivas para os municípios afetados pela pandemia da COVID-19, uma vez que não o projeto não prevê aumento de valores.

III- CONCLUSÃO

13. Portanto, apresentada a mensagem, respeitada a regra de competência, da ótica legal, observados os apontamentos feitos acima, **não vislumbramos impedimento à tramitação do Projeto de Lei**, cabendo aos vereadores análise de mérito.

14. É o parecer, sob censura.

Barra do Garças, 20 de março de 2021.



HEROS PENA

Procurador Geral

Matricula: 213 - OAB/MT: 14.385-B

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Projeto de Lei nº 006/2021 de
autoria A MESA DA CÂMARA
MUNICIPAL.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E
REDAÇÃO, analisando a PROJETO DE LEI, em epigrafe, resolve exarar PARECER
FAVORAVEL, por entender ser a aludida matéria, legal e constitucional.


Sala das Comissões da Câmara Municipal, em
22 de março de 2021

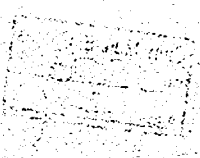

Ver. JAIRO GEHM
Presidente


Ver. GABRIEL PEREIRA LOPES
Relator


Ver. MURILO VALOES METELLO
Vogal

APROVADO
EM SESSÃO 22/03/2021


Cilma Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996



Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or title.



Horizontal line of faint text, possibly a separator or a line of a form.

Horizontal line of faint text, possibly a separator or a line of a form.

Faint text block on the left side of the page.

Large block of faint text in the middle of the page, mostly illegible.

Another block of faint text below the middle section.



APROVADO

EM SESSÃO

Faint text below the signature line, possibly a name or title.

Faint text at the bottom of the page, possibly a footer or additional notes.

COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

P A R E C E R

Projeto de Lei nº 006/2021 de
autoria A MESA DA CÂMARA
MUNICIPAL.

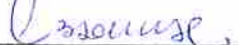
A COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS, analisando
a PROJETO DE LEI, em epigrafe, resolve exarar PARECER FAVORAVEL, por entender
ser a aludida matéria, legal e constitucional.

Sala das Comissões da Câmara Municipal, em
22 de março de 2021.

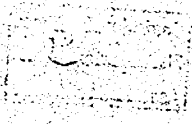

Ver. PAULO BENTO DE MORAIS
Presidente


Ver. HADEILTON TANNER ARAÚJO
Relator


Ver. GERALMINO ALVES R. NETO
Vogal

APROVADO
EM SESSÃO 22/03/2021


Cilma Balbino de Sousa
Auxiliar Administrativo
Portaria 13/1996



Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or title.



Handwritten text on a horizontal line, possibly a date or reference number.

Handwritten text on a horizontal line, possibly a name or subject.

Handwritten text on a horizontal line, possibly a signature or initials.

Handwritten text on a horizontal line, possibly a date or reference number.

Handwritten text on a horizontal line, possibly a name or subject.

Handwritten signature or initials on a horizontal line.

Handwritten text on a horizontal line, possibly a name or subject.

Handwritten text on a horizontal line, possibly a name or subject.

Handwritten text on a horizontal line, possibly a name or subject.

Handwritten text on a horizontal line, possibly a name or subject.

APROVADO

EM SESSÃO

Faint text below the approval stamp, possibly a date or reference.

Faint text at the bottom of the page, possibly a footer or additional notes.

VOTAÇÃO

Projeto de Lei nº 006/24 - A mesa de Câmara n.º Municipal

VEREADORES	PARTIDO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
CARPEGIANE GONZAGA DA SILVA LIONES	PSB	x		
Dr. FLORIZAN LUIZ ESTEVES	PROS	x		
GABRIEL PEREIRA LOPES – Vice - Presidente	PSDB	x		
GERALMINO ALVES R. NETO	PSB	x		
HADEILTON TANNER ARAUJO	PSD	x		
JAIME RODRIGUES NETO	MDB	x		
JAIRO GEHM – 1º Secretário	PRTB	x		
JAIRO MARQUES FERREIRA - 2º Secretário	REPUBLICANO	x		
Dr. JOSÉ MARIA ALVES VILAR	DEM	x		
MURILO VALOES METELLO	REPUBLICANO	x		
PAULO BENTO DE MORAIS	PL	x		
PEDRO FERREIRA DA SILVA FILHO - Presidente	PSD	<i>Presidente</i>		
RONAIR DE JESUS NUNES	PSDB	x		
VALDEI LEITE GUIMARÃES	MDB	x		
WANDERLI VILELA DOS SANTOS	PSB	x		

RESULTADO DA VOTAÇÃO: MÉRITO

Aprovado por Unanimidade
de vereadores presentes
em Sessão Ordinária do
dia 22/03/2024

Alcides de Souza
Cilvia Balbino de Souza
Auxiliar Administrativo
Portaria 131/996